

O Município pode e deve ser um aliado do campo

Fidelcino Tolentino *

Embora apenas 32 mil dos quase 300 mil habitantes de Cascavel residam na área rural, a cidade continua ligada umbilicalmente ao campo. Os maus humores de São Pedro (estiagem ou excesso de chuvas) invariavelmente se refletem no comportamento da economia urbana. A partir desta realidade, e sem esquecer a cidade, estamos desenvolvendo em Cascavel uma experiência que merece ser compartilhada e refletida.

Tradicionalmente, a maioria das administrações municipais mantém-se à margem do homem do campo. É mais cômodo transferir a responsabilidade pela assistência técnica ao Estado e a culpa pelos baixos preços ao governo federal ou aos caprichos próprios do mercado. Sua responsabilidade em muitos casos restringe-se à conservação de estradas, quando possível.

Nossa visão em relação ao homem do campo vai além. Baseia-se em três pontos: a diversificação da exploração agropecuária, a melhoria da qualidade de vida e o trabalho em parceria. Iniciamos pela criação de uma secretaria específica para atender as obras do Interior, em trabalho sempre conjunto com a Secretaria da Agricultura. Já no início deste ano, reatamos convênio com a Emater-Pr. Esta parceria com o Estado mostrou-se extremamente vantajosa, na medida em que permitiu a elaboração e desenvolvimento de projetos com participação do governo do Estado (Seab e DER, especialmente), além de uma assistência técnica ordenada e integrada, tanto do Município, quanto da Emater

e iniciativa privada.

Na área de diversificação de exploração agropecuária, o objetivo é oferecer alternativas de renda para viabilizar a atividade e por extensão a permanência no meio, oferecendo condições para aproveitamento pleno da mão-de-obra familiar ou geração de novos empregos. Entre os programas em desenvolvimento, destaco o apoio em infra-estrutura e incentivo à avicultura, fruticultura, piscicultura, suinocultura, ovinocultura e melhoria genética do rebanho leiteiro.

Outro fator que inibe o êxodo rural (felizmente hoje em curva decrescente) é a preocupação em oferecermos melhores condições de vida e conforto no campo. Em conjunto com a Sanepar, estamos levando água tratada às pequenas comunidades. Já adequamos, com apoio do Estado, 180 quilômetros de estradas rurais e outros 150 devem ser beneficiados em breve. São soluções definitivas para problemas antes cíclicos. Isto significa também sensível economia na manutenção da malha viária do Interior.

Dezessete pontes, todas em concreto estão em construção e mais de 300 bueiros foram assentados. Estes e outros investimentos facilitam a vida no meio rural e sobretudo permitem o escoamento da produção em condições seguras. Além de garantir o direito de ir e vir, com chuva ou sol, estamos, com o sistema de transporte escolar, oferecendo aos filhos de agricultores, condições de estudo idênticas às oferecidas aos alunos da área urbana. Apoio à instalação de pequenas indústrias nos distritos, construção de 140 unidades habitacionais e extensão do tele-

fone às pequenas comunidades também fazem parte do contexto.

Na outra ponta, procuramos também atender à população carente da cidade, em sua maioria de origem rural. A Cidade tem 35.000 terrenos baldios. Lançamos o programa "Lote Produtivo", visando dois objetivos: a limpeza e a produção. O Município forneceu sementes, isentou de IPTU, e proprietários ou vizinhos plantaram este ano, sete mil lotes, o equivalente a 50 hectares de terra, que produzirão mais de um milhão de quilos de produtos como mandioca, arroz, feijão, batata e outros.

Parceria, finalmente, é a palavra chave que interliga os esforços na área de diversificação da exploração agropecuária e na melhoria das condições de vida do campo. Governo do Estado e do Município fazem sua parte e a Comunidade também arca com a sua responsabilidade. É o caso, por exemplo, dos sistemas de abastecimento de água, que serão administrados pelas Associações de Moradores. Ou mesmo da remuneração por obras de infra-estrutura para aviários ou outros empreendimentos. Embora a preços subsidiados, o beneficiário retribui em produtos agrícolas, que são depois repassados à famílias carentes de Cascavel.

Esta é, enfim, a nossa maneira de procurar transformar o Município num aliado do homem do campo. O que, cá entre nós, não deixa de também ser um ótimo investimento para a Comunidade: a melhoria de renda no campo se traduz sempre em maiores receitas para o Município.

* Fidelcino Tolentino é prefeito de Cascavel.

Cooperativismo

O Plano FHC é bom. O imposto não.

João Paulo Koslovski *

Todos os estudos das instituições que avaliam o desempenho do setor agropecuário mostram que a renda dos agricultores caiu entre 40 e 50% nos últimos anos. Entre as muitas causas dessa redução da renda está na constante preocupação do governo federal em pressionar para baixo os preços dos produtos agrícolas para controlar a inflação. Entende o governo que é a alimentação que mais interfere no custo de vida e, por isso, adota estratégias para manter baixos os preços agrícolas.

Todos os planos econômicos que buscaram o controle da inflação não esqueceram de manter o controle dos preços dos produtos sob rígido controle, muitas vezes quebrando regras antes estabelecidas, levando prejuízo aos agricultores pela não correção dos preços dos produtos agrícolas ou pelo aumento irreal das taxas de juros dos financiamentos agrícolas, acima do que o setor poderia pagar.

Por estas razões, consideramos o Plano FHC2 positivo, porque não estabelece nenhum choque econômico, mas propõe várias medidas que conduzirão lentamente a uma redução da inflação. Agora esse plano depende da rapidez

com que o Congresso Nacional apoiar e aprovar as propostas do Ministério da Fazenda. É consenso quase nacional de que o plano está alicerçado em bases sólidas, porque promete acabar com o déficit governamental, uma das principais fontes de alimentação das altas taxas de juros do mercado financeiro.

Apesar de todos os aspectos positivos do plano, os burocratas não dispensaram, na sua elaboração, a utilização de um velho ingrediente inflacionário, que é o aumento em 5% dos impostos pagos ao governo. Essa mania está em desuso na maioria dos países do mundo, onde as autoridades preferem tornar eficiente a máquina arrecadadora do que aumentar a carga tributária. Seria muito mais eficiente e simpático ao governo se buscasse, através de rígida fiscalização, a redução da sonegação fiscal. As autoridades reconhecem que para cada CR\$ 1,00 recolhido em impostos, o brasileiro sonega CR\$ 1,2.

Já é conhecida a prática de que, quanto mais impostos o governo estabelece, mais se sonega. E quando não se sonega, se repassa nos preços dos produtos, o que é muito comum no setor industrial, mas impossível no setor rural,

pois a maioria dos produtos é vendida pelo preço mínimo face a importação desregulada de alguns alimentos.

Outro ponto preocupante do plano é a retenção de 15% dos recursos de repasse aos estados e municípios para constituição de uma reserva social de emergência, que será utilizadas nos programas sociais. Num primeiro momento, essa retenção deverá causar recessão econômica nos estados e municípios.

Por fim, há outro ponto que precisa ser retomado urgentemente pelo governo, que é a privatização de empresas estatais de todas as áreas, inclusive agrícola. Os armazéns da Conab e do IBC, por exemplo, podem ser repassados para a iniciativa privada, que normalmente é mais eficiente, reduzindo os custos para o governo. O plano desperta do setor agropecuário a necessidade de lutar por uma reforma tributária completa, substituindo a pesada carga tributária hoje em vigor por um eficiente sistema de cobrança, evitando assim que bons pagadores paguem pelos sonegadores.

* João Paulo Koslovski é engenheiro agrônomo, diretor executivo da Ocepar.

A FORÇA QUE VEM DO LITORAL

A atividade agrícola do Litoral mostra que a região não vive apenas do verão

Vânia Casado

Restringidos pela necessidade de conservação da maior área de Mata Atlântica ainda intacta, mas favorecidos por condições de clima e solo privilegiados, os agricultores do litoral começam a mostrar sua força. Estão surgindo na região pólos bem definidos de exploração agrícola, que geram renda e refletem na qualidade de vida. A atividade pesqueira e plantio tecnificado da banana em Guaratuba, olericultura e transformação de alimentos em Morretes e Antonina, e início de um processo de atividade agrícola mais moderna em Guaraqueçaba são sintomas evidentes que o Litoral é produtivo e o suporte para o seu desenvolvimento econômico passa pela agropecuária.

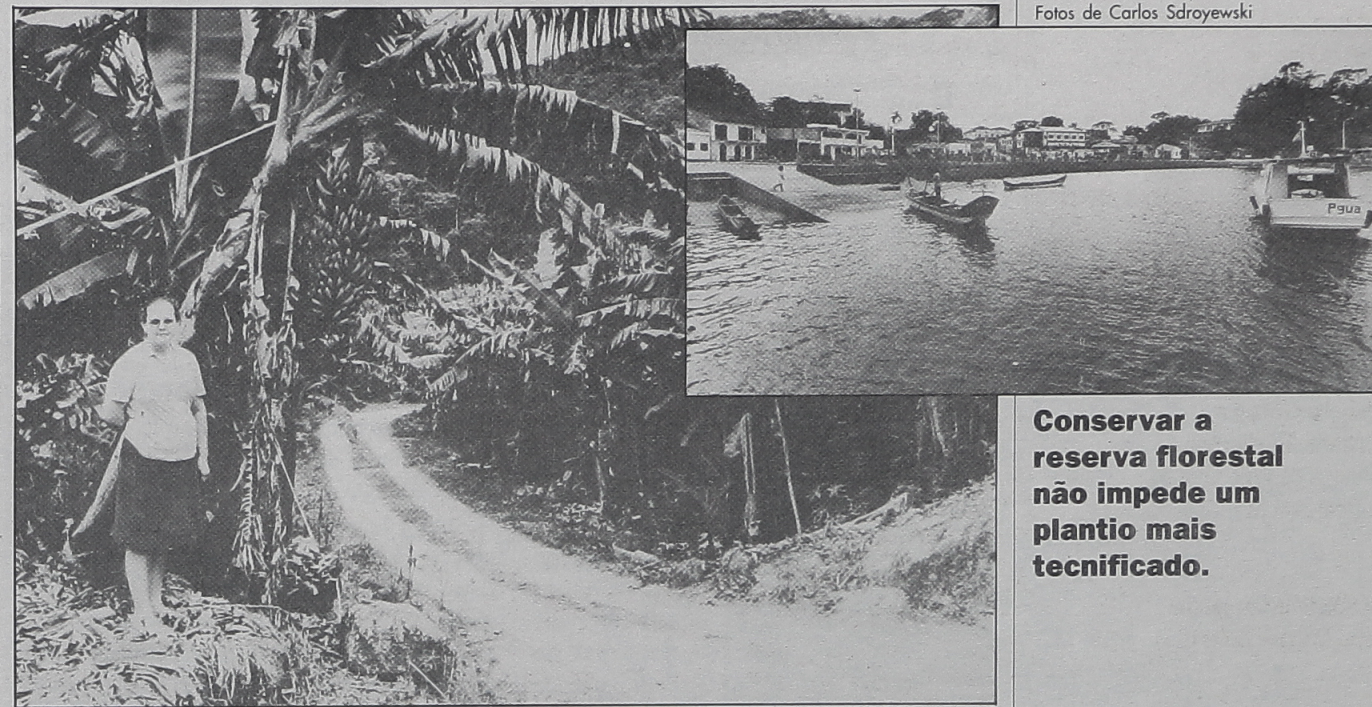
Habitados ao longo dos anos a praticar uma agricultura extrativista, aos poucos está sendo introduzida tecnologia que está alterando o sistema de produção. A iniciativa para quebrar a inércia da baixa produtividade pode ser creditada ao Pró-litoral; um programa de desenvolvimento agropecuário que orienta os produtores com recursos a fundo perdido. Não se altera uma prática agrícola sem subsídios, argumentou Luiz Augusto Sisneiro, chefe do núcleo da secretaria da Agricultura em Parana-gua.

VOCAÇÃO

Pouca gente sabe, mas o Litoral é autosuficiente na produção de leite, com um rebanho avaliado em sete mil cabeças, só de animais vacinados. Já que não se pode aumentar as áreas de pastagens em consequência da limitação em preservar a reserva florestal, a orientação da Emater e SEAB é adaptar o programa de inseminação artificial, para duplicar a produção de leite, atualmente, entre três a cinco litros diários. Aproveitando-se a vocação agrícola da região para criação de búfalos, pretende-se estimular a criação de raças voltadas à produção de leite para consolidar esta atividade no Litoral. Atualmente a criação de búfalos se restringe à raças tipo carne e é praticada por grandes pecuaristas.

Sisneiro admite a dificuldade em fomentar a criação de búfalos entre os pequenos produtores, já que até hoje eles manifestam um trauma em relação ao processo de ocupação de terras no Litoral, durante a década de 70, por parte de grandes produtores que utilizaram os búfalos como instrumento de pressão para comprar suas terras. A imagem que eles têm, justificou o técnico, é de que o búfalo é um animal violento e de difícil manejo para exploração na pequena e média propriedade.

Mas é na olericultura, fruticultura e trans-



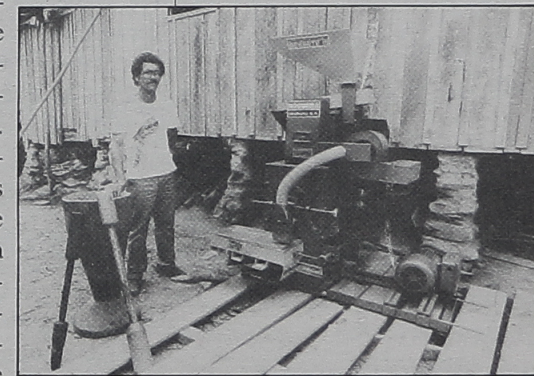
Fotos de Carlos Sárojewski

formação de alimentos que o Litoral está descobrindo seus caminhos. Em Morretes e Antonina a olericultura é o carro-chefe da produção agrícola com a vantagem de produzir inclusive no inverno, quando a produção de olerícolas é reduzida nas demais regiões. Na fruticultura, destaca-se a produção de banana onde o sistema de plantio, mais tecnificado, está resultando em frutos mais valorizados no mercado. Em Guaratuba, com introdução de tecnologia na comunidade de produtores, em Calvi, a produtividade média saltou de nove toneladas por hectare/ano para 20 a 25 toneladas por hectare/ano. O pacote tecnológico recomendado pela Emater inclui adubação, cobertura do solo, calcário, óleo mineral e desbaste constante para evitar a perda de força, com a proliferação de mudas.

SUBSÍDIO

Essa tecnologia, no entanto, exige investimentos iniciais, sendo esta a dificuldade de difundir-la. Os produtores recebem subsídios de alimentos, através de cursos ministrados pelas assistentes sociais da Emater. O que se pretende, segundo os técnicos, é criar várias opções de exploração agrícola para ampliar as oportunidades de emprego para a população local. Muitos produtores ainda vivem do extrativismo do palmito, uma atividade proibida por lei e que perpetua a pobreza e as condições de miséria. Eles preferem cortar palmito no mato, mesmo correndo risco, e ganhar por dia, do que investir numa cultura e esperar pela época da comercialização, onde certamente o retorno seria bem maior.

cimento, aliado à falta de recursos se agrava. A atividade agrícola na região é extrativista, de consumo interno e a miséria condiciona os produtores a um atraso tecnológico de no mínimo 30 anos. As dificuldades começam pela profusão de ilhas, são mais de 20, e a Emater não consegue atender todas as comunidades por falta de equipamentos mais eficientes. No continente, a falta de recursos é outro impedimento. Para se ter uma idéia, disse o extensionista Sergio Leinker, o beneficiamento de arroz ainda é feito de forma manual, no pilão, e os produtores deixam os frutos apodrecerem no quintal e não fazem um doce para acrescentar na dieta familiar, comendo praticamente pão seco. Agora, com a liberação de recursos, foram compradas duas máquinas beneficiadoras de arroz, dando condições para que os produtores possam investir mais no plantio, e muitas famílias já dominam a tecnologia da transformação de alimentos, através de cursos ministrados pelas assistentes sociais da Emater.



A tecnologia está chegando em Guaraqueçaba. A máquina que descasca o arroz aposenta o pilão.